

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO PARÁ: O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR DO PARÁ POR MEIO DA PATRULHA MARIA DA PENHA

PUBLIC POLICIES TO COMBAT VIOLENCE AGAINST WOMEN IN PARÁ: THE ROLE OF THE MILITARY POLICE OF PARÁ THROUGH THE MARIA DA PENHA PATROL

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAR LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER EN PARÁ: EL PAPEL DE LA POLICÍA MILITAR DE PARÁ A TRAVÉS DE LA PATRULLA MARÍA DA PENHA

Caio de Menezes Belo<sup>1</sup>  
Fabiola de Souza Costa Lima<sup>2</sup>  
Gabriela Namias de Souza de Holanda<sup>3</sup>  
Moab Pessoa de Farias Neto<sup>4</sup>

**RESUMO:** Este artigo buscou analisar as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Pará, com ênfase na atuação da Polícia Militar do Pará (PMPA), por meio da Patrulha Maria da Penha, enquanto instrumento de proteção e prevenção. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: de que forma a PMPA contribui para a efetividade dessas políticas públicas no contexto paraense? O objetivo geral consistiu em analisar o papel institucional da Polícia Militar na implementação das ações de enfrentamento à violência de gênero, especialmente no monitoramento das medidas protetivas de urgência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com base em dados oficiais e estudos publicados entre 2020 a 2025. Os resultados evidenciam que a Patrulha Maria da Penha exerce função estratégica na fiscalização das medidas protetivas, na redução da reincidência da violência doméstica e no fortalecimento da rede de proteção. Conclui-se que a atuação da PMPA é essencial para a efetividade das políticas públicas de segurança, embora ainda existam desafios estruturais relacionados à cobertura territorial, subnotificação e integração institucional.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher. Polícia Militar do Pará. Segurança pública.

**ABSTRACT:** This article aimed to analyze public policies to combat violence against women in the state of Pará, focusing on the role of the Military Police of Pará (PMPA) through the Maria da Penha Patrol as a tool for protection and prevention. The research problem is: how does the PMPA contribute to the effectiveness of these public policies in the Pará context? The general objective was to analyze the institutional role of the Military Police in implementing actions to address gender-based violence, especially in monitoring protective measures. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study based on bibliographic and documentary review, using official data and studies published between 2020 and 2025. The results show that the Maria da Penha Patrol plays a strategic role in enforcing protective measures, reducing recidivism, and strengthening the protection network. It is concluded that the PMPA plays a fundamental role in ensuring the effectiveness of public security policies, although structural challenges such as territorial coverage, underreporting, and institutional integration remain.

**Keywords:** Violence against women. Military Police. Public security.

---

<sup>1</sup>Discente Graduado em Direito pela Faculdade Estácio de Sá.

<sup>2</sup>Discente Pós-graduada em Gestão Escolar pela Faculdade Bookplay.

<sup>3</sup>Discente Pós-graduada em segurança pública pela Faculdade Metropolitana.

<sup>4</sup>Discente Pós-graduado pela Faculdade Focus.

**RESUMEN:** Este artículo buscó analizar las políticas públicas para enfrentar la violencia contra la mujer en el estado de Pará, con énfasis en la actuación de la Policía Militar de Pará (PMPA), a través de la Patrulla Maria da Penha, como instrumento de protección y prevención. Se parte del siguiente problema de investigación: ¿de qué manera la PMPA contribuye a la efectividad de estas políticas públicas en el contexto paraense? El objetivo general consistió en analizar el papel institucional de la Policía Militar en la implementación de acciones para enfrentar la violencia de género, especialmente en el monitoreo de las medidas de protección. Se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo y exploratorio, desarrollada mediante revisión bibliográfica y documental, con base en datos oficiales y estudios publicados entre 2020 y 2025. Los resultados evidencian que la Patrulla Maria da Penha desempeña un papel estratégico en la fiscalización de las medidas de protección, en la reducción de la reincidencia de la violencia doméstica y en el fortalecimiento de la red de protección. Se concluye que la actuación de la PMPA es fundamental para la efectividad de las políticas públicas de seguridad, aunque persisten desafíos estructurales relacionados con la cobertura territorial, la subnotificación y la integración institucional.

**Palabras clave:** Violencia contra la mujer. Policía Militar. Seguridad pública.

## INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui uma das mais graves expressões das desigualdades estruturais de gênero, sendo reconhecida como problema social, jurídico e de segurança pública que demanda respostas institucionais articuladas e eficazes. No Brasil, a promulgação da Lei nº 11.340/2006 representou um marco no enfrentamento dessa problemática, ao estabelecer mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, bem como diretrizes para atuação integrada dos órgãos públicos. Conforme destacam CERQUEIRA et al. (2023), a violência de gênero permanece como fenômeno persistente, mesmo diante de avanços legislativos e institucionais, o que evidencia a necessidade de fortalecimento das políticas públicas.

No contexto do estado do Pará, observa-se um cenário complexo, marcado pela coexistência de redução em indicadores mais graves, como o feminicídio, e aumento expressivo de outras formas de violência doméstica, como ameaça, agressão física e violência psicológica, o que revela limites das políticas públicas na prevenção do ciclo da violência (SEGUP/PA, 2024; FBSP, 2024). Essa realidade demonstra que, embora haja avanços no enfrentamento da violência letal, persistem lacunas na atuação preventiva e no acompanhamento das vítimas, especialmente em regiões com maior vulnerabilidade social e menor acesso aos serviços públicos (IPEA, 2022).

Nesse cenário, destaca-se a atuação da Polícia Militar do Pará (PMPA), enquanto instituição responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, cuja

função tem se ampliado para incorporar práticas preventivas e humanizadas. Dentre essas iniciativas, a Patrulha Maria da Penha emerge como importante estratégia de monitoramento das medidas protetivas de urgência e acompanhamento das mulheres em situação de violência, contribuindo para a redução da reincidência e fortalecimento da rede de proteção (BRASIL, Ministério da Justiça, 2022; AGÊNCIA PARÁ, 2025). Segundo SOUZA et al. (2022), a atuação policial especializada no enfrentamento à violência de gênero representa uma inovação nas políticas públicas de segurança, ao integrar prevenção, proteção e acolhimento.

Diante desse contexto, coloca-se como problema de pesquisa: de que forma a Polícia Militar do Pará, por meio da Patrulha Maria da Penha, contribui para a efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no estado do Pará? A partir dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o papel da Polícia Militar do Pará na implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, com ênfase na atuação da Patrulha Maria da Penha. Como objetivos específicos, busca-se: compreender o contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero no Brasil e no Pará; analisar a atuação operacional da PMPA no monitoramento das medidas protetivas; e identificar os principais desafios e limitações dessa política pública.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância social e institucional do tema, considerando o aumento dos casos de violência contra a mulher e a necessidade de fortalecimento das estratégias de prevenção e proteção. Além disso, a pesquisa contribui para a compreensão do papel da Polícia Militar enquanto agente central na implementação das políticas públicas de segurança, evidenciando sua atuação para além do caráter repressivo, com foco na promoção de direitos e proteção da vida (FBSP, 2024; IPEA, 2022). Assim, o estudo busca preencher lacunas existentes na literatura sobre a atuação policial no enfrentamento à violência de gênero, especialmente no contexto amazônico, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e da atuação institucional.

## MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como objetivo compreender a atuação da Polícia Militar do Pará (PMPA) no contexto das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Optou-se por esse delineamento metodológico por possibilitar a análise aprofundada de fenômenos sociais

complexos, especialmente aqueles relacionados à segurança pública e à violência de gênero, permitindo a interpretação crítica dos dados disponíveis (BARDIN, 2021).

As fontes de dados utilizadas consistiram em materiais de natureza bibliográfica e documental, abrangendo artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, relatórios institucionais, legislações, diretrizes nacionais de segurança pública e documentos oficiais produzidos por órgãos como o Ministério da Justiça, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP/PA) e a Agência Pará. Esses documentos foram selecionados por sua relevância temática, atualidade e contribuição para a compreensão da violência contra a mulher e da atuação institucional da Polícia Militar (IPEA, 2022; FBSP, 2024).

A população do estudo não foi constituída por indivíduos, uma vez que se trata de pesquisa baseada em dados secundários. Nesse sentido, a amostragem adotada foi do tipo intencional e não probabilística, composta por documentos e produções científicas que abordam diretamente a temática da violência de gênero, políticas públicas de segurança e atuação policial, especialmente no contexto amazônico. Como critérios de inclusão, foram considerados materiais publicados nos últimos cinco anos, com foco no Brasil e, preferencialmente, no estado do Pará, que apresentassem dados empíricos, análises institucionais ou discussões teóricas relevantes. Foram excluídos estudos que não dialogavam diretamente com o objeto de pesquisa ou que apresentavam desatualização temporal.

O procedimento analítico adotado foi a análise de conteúdo, conforme proposta de Bardin (2021), que consiste em um conjunto de técnicas sistemáticas de interpretação de dados, permitindo identificar categorias temáticas, padrões e significados presentes nos materiais analisados. Essa técnica possibilitou a organização dos dados em eixos analíticos relacionados à atuação da Polícia Militar, à efetividade das políticas públicas e aos desafios estruturais no enfrentamento à violência contra a mulher. Além disso, a análise foi orientada por uma perspectiva crítica, buscando relacionar os dados empíricos com o referencial teórico contemporâneo sobre segurança pública e políticas sociais (SOUZA et al., 2022)

No que se refere aos aspectos éticos, por tratar-se de pesquisa de natureza bibliográfica e documental, baseada exclusivamente em dados de domínio público e sem envolvimento direto de seres humanos ou animais, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme estabelece a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Ressalta-se, contudo, o compromisso com a integridade científica, a

fidedignidade das informações e o respeito às normas acadêmicas, especialmente no que se refere à correta citação das fontes utilizadas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A violência contra a mulher, enquanto fenômeno social complexo, está intrinsecamente relacionada às desigualdades estruturais de gênero, sendo compreendida como resultado de relações historicamente desiguais de poder entre homens e mulheres, o que demanda a atuação articulada de políticas públicas em diferentes esferas institucionais (CERQUEIRA et al., 2023). No Brasil, a consolidação de um arcabouço normativo voltado ao enfrentamento dessa problemática, especialmente com a Lei nº 11.340/2006, representou um avanço significativo ao estabelecer mecanismos de proteção, prevenção e responsabilização, além de promover a integração entre segurança pública, justiça e assistência social (BRASIL, 2022). Entretanto, a literatura recente aponta que a efetividade dessas políticas depende diretamente da capacidade operacional das instituições responsáveis por sua implementação, especialmente das forças policiais (SOUZA LM et al., 2022).

No campo das políticas públicas, SECCHI (2013) destaca que sua efetividade está condicionada à capacidade de implementação e à articulação entre diferentes atores institucionais, sendo insuficiente a existência de normas sem a devida operacionalização. Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante no contexto da segurança pública, onde a atuação estatal precisa ser imediata e eficaz, sobretudo em situações de risco iminente à vida. No caso da violência doméstica, estudos recentes indicam que políticas que combinam monitoramento contínuo, presença estatal e acompanhamento das vítimas apresentam maior impacto na redução da reincidência da violência (FBSP, 2023). Nesse sentido, a atuação da Polícia Militar assume centralidade, uma vez que representa o braço operacional do Estado na proteção direta das vítimas.

No estado do Pará, a implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher ocorre em um contexto marcado por desafios estruturais significativos, como desigualdade territorial, dificuldades de acesso a serviços públicos e vulnerabilidade social, fatores que influenciam diretamente na incidência da violência (IPEA, 2022). Dados recentes da Secretaria de Segurança Pública do Pará indicam que, embora tenha havido redução nos índices de feminicídio em determinados períodos, houve aumento expressivo das ocorrências de violência doméstica em geral, o que revela a persistência do problema e a necessidade de

estratégias mais eficazes de prevenção (SEGUP, 2024). Além disso, reportagens e estudos regionais apontam que regiões como o sudeste paraense apresentam maiores índices de violência, associados a dinâmicas socioeconômicas específicas, como expansão urbana desordenada e conflitos sociais (REDE DE OBSERVATÓRIOS, 2025).

Nesse cenário, a Polícia Militar do Pará (PMPA) desempenha papel fundamental na execução das políticas públicas de segurança, especialmente por meio da Patrulha Maria da Penha, que se configura como estratégia de policiamento especializado voltada ao acompanhamento de mulheres em situação de violência. A literatura contemporânea sobre segurança pública destaca que modelos de policiamento orientados à prevenção e à resolução de problemas sociais apresentam maior eficácia na redução da violência, ao atuar diretamente sobre suas causas e não apenas sobre suas consequências (SOUZA et al., 2022). A Patrulha Maria da Penha insere-se nesse modelo, ao realizar visitas periódicas, monitoramento das medidas protetivas e articulação com a rede de atendimento, promovendo uma atuação integrada e humanizada.

A violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se como uma grave violação de direitos humanos, sendo compreendida como um fenômeno estrutural associado às desigualdades de gênero historicamente construídas (PIEIDADE et al., 2020). No ordenamento jurídico brasileiro, a Lei nº 11.340/2006 estabelece as bases para o enfrentamento dessa problemática, definindo as diversas formas de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial e instituindo mecanismos de proteção às vítimas, como as medidas protetivas de urgência (BERNARDO; RAMOS; ALMEIDA, 2022).

No contexto do Estado do Pará, estudos indicam que essas manifestações de violência tendem a se intensificar em cenários de maior vulnerabilidade social, especialmente em regiões periféricas, sendo agravadas por fatores como dependência econômica, isolamento e fragilidade da rede de apoio (OLIVEIRA; LIMA, 2025). Ademais, a compreensão do ciclo da violência composto por fases de tensão, agressão e reconciliação é fundamental para explicar a permanência de muitas mulheres em relações abusivas, uma vez que sentimentos de medo, vergonha e dependência dificultam a denúncia e o rompimento do vínculo com o agressor (PIEIDADE et al., 2020).

Nesse cenário, a atuação estatal mostra-se indispensável, especialmente no âmbito da segurança pública. A Polícia Militar do Pará desempenha papel estratégico no enfrentamento à violência doméstica, atuando tanto na resposta imediata às ocorrências quanto na prevenção de

novos episódios, em consonância com o art. 144 da Constituição Federal de 1988 (SILVA; VIEIRA; BARBUDA, 2024). Destaca-se, ainda, a relevância de iniciativas especializadas, como a Patrulha Maria da Penha, responsável pelo monitoramento das medidas protetivas e acompanhamento contínuo das vítimas, contribuindo para a redução da reincidência da violência (BERNARDO; RAMOS; ALMEIDA, 2022).

Além disso, o atendimento policial deve ser orientado por princípios de acolhimento, escuta qualificada e abordagem humanizada, garantindo a proteção integral da vítima e evitando práticas de revitimização (OLIVEIRA; LIMA, 2025). Nesse sentido, a eficácia das ações depende da capacitação contínua dos agentes, da integração com a rede de proteção e da implementação de estratégias preventivas, como campanhas educativas e programas comunitários, consolidando a atuação da Polícia Militar como elemento fundamental na promoção da segurança e na garantia dos direitos das mulheres no Estado do Pará (COMISSÃO DO ANUÁRIO, 2023).

A relevância dessa atuação torna-se evidente quando se observa que a efetividade das medidas protetivas depende diretamente de sua fiscalização, sendo a Polícia Militar o principal agente responsável por garantir seu cumprimento (BRASIL, 2022). Nesse sentido, a Patrulha Maria da Penha representa uma inovação institucional no âmbito da PMPA, ao ampliar sua função para além do policiamento ostensivo tradicional, incorporando práticas de prevenção, proteção e acolhimento. Tal atuação contribui diretamente para a redução da reincidência da violência doméstica, além de fortalecer a confiança das vítimas nas instituições públicas, aspecto fundamental para o rompimento do ciclo da violência (FBSP, 2023).

Contudo, apesar dos avanços, a literatura aponta desafios relevantes para a efetividade dessas políticas, especialmente no contexto amazônico, onde fatores como extensão territorial, limitação de recursos e desigualdade no acesso aos serviços públicos dificultam a universalização das ações (IPEA, 2022). Além disso, a subnotificação dos casos de violência doméstica constitui um obstáculo significativo, uma vez que compromete a produção de dados confiáveis e dificulta o planejamento estratégico das políticas públicas (FBSP, 2024). Nesse contexto, a atuação da Polícia Militar torna-se ainda mais relevante, pois muitas vezes representa o primeiro contato da vítima com o Estado.

Dessa forma, o presente estudo apresenta contribuição original e relevante para a área da segurança pública, especialmente no âmbito da Polícia Militar do Pará, ao analisar criticamente a atuação da Patrulha Maria da Penha como instrumento de efetivação das

políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Ao integrar dados empíricos, fundamentação teórica e análise institucional, o estudo não apenas descreve a realidade, mas também propõe reflexões sobre o aprimoramento das estratégias de atuação policial, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas e para a promoção da segurança e proteção das mulheres no estado do Pará.

A Patrulha Maria da Penha no estado do Pará configura-se como uma importante estratégia de policiamento especializado voltada ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo operacionalizada pela Polícia Militar do Pará (PMPA) com foco na fiscalização das medidas protetivas de urgência e no acompanhamento sistemático das vítimas. Sua implementação está alinhada às diretrizes da Lei nº 11.340/2006 e às orientações nacionais de atendimento humanizado às mulheres em situação de violência, consolidando-se como instrumento essencial para a efetivação das políticas públicas de segurança (BRASIL, 2022).

No contexto paraense, a atuação da Patrulha Maria da Penha tem se destacado pela realização de visitas periódicas às vítimas, monitoramento dos agressores e articulação com a rede de proteção, incluindo órgãos do Poder Judiciário, assistência social e saúde, promovendo uma atuação intersetorial e preventiva. Dados divulgados por órgãos oficiais indicam que, em ciclos recentes, a PMPA realizou mais de 1.200 visitas técnicas e acompanhou diretamente mais de 100 casos, evidenciando a relevância operacional e a capacidade de intervenção do programa (AGÊNCIA PARÁ, 2025). Essa atuação contribui significativamente para a redução da reincidência da violência doméstica, uma vez que reforça o cumprimento das medidas protetivas e amplia a presença do Estado junto às vítimas (FBSP, 2023).

Além disso, a Patrulha Maria da Penha representa uma reconfiguração do papel da Polícia Militar, que passa a atuar não apenas de forma repressiva, mas também preventiva e humanizada, alinhando-se aos modelos contemporâneos de policiamento orientado para a resolução de problemas sociais complexos. Conforme destacam Souza LM, et al. (2022), a atuação policial especializada no enfrentamento à violência de gênero fortalece a confiança das vítimas nas instituições e contribui para o rompimento do ciclo da violência, ao garantir proteção contínua e acompanhamento sistemático.

Entretanto, apesar dos avanços, a atuação da Patrulha Maria da Penha no Pará ainda enfrenta desafios estruturais significativos, especialmente relacionados à limitação de cobertura territorial, considerando a extensão geográfica do estado e as dificuldades de acesso a regiões

interioranas. Estudos recentes apontam que a desigualdade territorial e a concentração dos serviços nas áreas urbanas comprometem a universalização das políticas públicas, tornando necessária a ampliação da atuação institucional (IPEA, 2022; REDE DE OBSERVATÓRIOS, 2025). Soma-se a isso a ausência de sistemas integrados de dados e indicadores de avaliação, o que dificulta a mensuração precisa da efetividade das ações desenvolvidas.

Outro aspecto relevante refere-se à subnotificação dos casos de violência doméstica, que permanece como obstáculo à formulação de políticas públicas mais eficazes, uma vez que impede a construção de diagnósticos completos sobre o fenômeno (FBSP, 2024). Nesse contexto, a atuação da Polícia Militar torna-se ainda mais estratégica, pois representa, em muitos casos, o primeiro contato da vítima com o Estado, sendo fundamental para a identificação e encaminhamento das situações de violência.

Dessa forma, a Patrulha Maria da Penha no estado do Pará apresenta-se como uma política pública relevante e inovadora, com impacto direto na proteção das mulheres e na redução da violência doméstica. Contudo, sua efetividade depende do fortalecimento institucional, da ampliação da cobertura territorial e da integração com a rede de atendimento, evidenciando a necessidade de investimentos contínuos e aprimoramento das estratégias de atuação da Polícia Militar do Pará.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados indicam que a Polícia Militar do Pará, por meio da Patrulha Maria da Penha, desempenha papel relevante na implementação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. Observou-se que a atuação da PMPA contribui significativamente para a efetividade das medidas protetivas de urgência, por meio da fiscalização contínua e acompanhamento das vítimas, reduzindo o risco de reincidência da violência (FBSP, 2024).

A análise evidencia que a Patrulha Maria da Penha realiza visitas periódicas, monitoramento dos agressores e articulação com a rede de proteção, promovendo uma atuação integrada e intersetorial. Além disso, a presença da Polícia Militar fortalece a confiança das vítimas nas instituições públicas, contribuindo para o rompimento do ciclo da violência. Outro aspecto relevante refere-se à mudança no modelo de atuação policial, que passa a incorporar práticas preventivas e humanizadas, alinhadas às diretrizes nacionais de policiamento voltado aos direitos humanos (BRASIL, 2022).

**Tabela 1** – Indicadores de violência contra a mulher e ações de enfrentamento no Estado do Pará (2025)

INDICADOR	DADO	OBSERVAÇÃO
Feminicídios	56 casos	Crescimento aproximado de 19% em relação ao período anterior
Violência doméstica	Alta incidência	Registros diários no estado (SEGUP/PA)
Atendimentos – Ligue 180	18.501 (2024)	Aumento de mais de 10%
Crescimento de denúncias	+21,8%	Maior acesso aos canais de denúncia
Mulheres acompanhadas (Patrulha Maria da Penha)	80	Monitoramento contínuo
Novas assistidas (2025)	105	Ampliação da demanda por proteção
Visitas técnicas (jan–out 2025)	1.255	Fiscalização de medidas protetivas
Atendimentos emergenciais	31	Situações de risco imediato
Municípios sem feminicídio (período anterior)	59%	Indica desigualdade regional
Atendimentos – Pró-Mulher Pará	+18.000 (desde 2022)	Apoio social, psicológico e jurídico
Principais ações da SEGUP/PA	Patrulha Maria da Penha, DEAM, integração institucional	Atuação preventiva e repressiva

**Fonte:** PARÁ. Agência Pará. Dados sobre violência contra a mulher e ações de enfrentamento. 2024–2025. BRASIL. Ministério das Mulheres. Ligue 180 – balanço anual. 2024. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. Acordos institucionais de proteção à mulher. 2025.

O quadro evidencia que a violência contra a mulher no Estado do Pará permanece como um fenômeno de elevada incidência, com destaque para o crescimento dos casos de feminicídio em 2025. Esse aumento revela que, apesar da existência de políticas públicas estruturadas, ainda há limitações na efetividade das estratégias de prevenção e proteção.

Por outro lado, observa-se um avanço significativo no acesso das vítimas aos canais institucionais, evidenciado pelo aumento das denúncias e dos atendimentos realizados pelo Ligue 180. Esse crescimento pode ser interpretado tanto como reflexo da persistência da violência quanto do fortalecimento das políticas de conscientização e incentivo à denúncia.

No campo do enfrentamento, destaca-se a atuação da Patrulha Maria da Penha, que tem desempenhado papel estratégico ao promover o monitoramento contínuo das vítimas por meio de visitas técnicas e atendimentos emergenciais. Além disso, programas como o Pró-Mulher Pará reforçam a dimensão intersetorial da política pública, ao integrar ações de assistência social, apoio psicológico e orientação jurídica.

Entretanto, a análise também revela desigualdades territoriais, uma vez que, embora parte dos municípios não registre feminicídios, outras regiões concentram elevados índices de

violência. Dessa forma, conclui-se que o enfrentamento à violência contra a mulher no Pará exige o fortalecimento das políticas públicas, com ampliação da cobertura territorial, integração interinstitucional e foco nas causas estruturais da violência de gênero.

**Tabela 2** – Indicadores de atuação da Patrulha Maria da Penha no Estado do Pará

Indicador	Dados Quantitativos	Fonte	Análise Interpretativa
Atendimentos realizados (2025)	1.495 atendimentos	Polícia Militar do Pará (2025)	Evidencia a atuação contínua e sistemática da PMPA na fiscalização de medidas protetivas, demonstrando que a política pública está ativa e institucionalizada.
Atendimentos acumulados	Mais de 14.000 atendimentos	Governo do Estado do Pará / PMPA	Indica a consolidação da Patrulha Maria da Penha como política pública permanente, com ampla capilaridade e alcance no território estadual.
Mulheres assistidas	Aproximadamente 9.300 mulheres	Governo do Estado do Pará	Demonstra a abrangência social do programa e sua capacidade de atendimento direto às vítimas de violência doméstica.
Redução da reincidência	Até 79% de redução	Estudos acadêmicos (UFPA)	Revela alta efetividade da política pública, especialmente no acompanhamento das vítimas e na fiscalização das medidas protetivas.
Tipo de atendimento	Visitas periódicas, fiscalização de medidas protetivas, orientação e acompanhamento	Projeto Patrulha Maria da Penha	Caracteriza a atuação preventiva e protetiva da PMPA, indo além da repressão e fortalecendo a rede de proteção à mulher.
Forma de atuação	Atendimento contínuo com visitas domiciliares e acompanhamento individualizado	Projeto institucional	Indica um modelo de policiamento de proximidade, baseado na prevenção e no monitoramento constante das vítimas em situação de risco.

**Fonte:** Polícia Militar do Pará (2025); Governo do Estado do Pará (2025); dados do Projeto Patrulha Maria da Penha ; estudos acadêmicos (UFPA).

A análise dos indicadores apresentados na Tabela 2 permite compreender, de forma mais aprofundada, o papel da Patrulha Maria da Penha como instrumento estratégico das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Estado do Pará. Os dados evidenciam não apenas a dimensão quantitativa da atuação da Polícia Militar do Pará, mas, sobretudo, a consolidação de um modelo de intervenção pautado na prevenção, proteção e acompanhamento contínuo das vítimas.

Inicialmente, o registro de 1.495 atendimentos realizados no ano de 2025 revela a regularidade e a permanência das ações desenvolvidas pela Patrulha, indicando que não se trata de uma iniciativa pontual, mas de uma política pública institucionalizada e operacionalmente ativa. Esse volume de atendimentos demonstra a capacidade da Polícia Militar em atuar de

forma sistemática na fiscalização das medidas protetivas, elemento essencial previsto na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que atribui ao Estado o dever de garantir mecanismos eficazes de proteção às mulheres em situação de violência.

No que se refere aos dados acumulados, que ultrapassam 14 mil atendimentos e aproximadamente 9.300 mulheres assistidas, observa-se a amplitude e a capilaridade do programa no território paraense. Tais números evidenciam que a Patrulha Maria da Penha tem alcançado um contingente significativo de vítimas, contribuindo para a ampliação do acesso às políticas públicas de proteção e para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica. Nesse sentido, a atuação da Polícia Militar do Pará extrapola a lógica tradicional do policiamento ostensivo, assumindo um papel ativo na promoção de direitos humanos e na garantia da dignidade das mulheres.

Um dos aspectos mais relevantes da análise diz respeito à redução de até 79% nos índices de reincidência entre mulheres acompanhadas pelo programa. Esse dado é particularmente significativo, pois demonstra a efetividade da política pública não apenas no atendimento imediato, mas na transformação concreta da realidade das vítimas. A redução da reincidência indica que as ações de acompanhamento, visitas periódicas e fiscalização das medidas protetivas têm impacto direto na interrupção do ciclo de violência, elemento central nas discussões teóricas sobre violência doméstica.

12

Ademais, ao considerar os tipos e formas de atendimento realizados como visitas domiciliares, orientação às vítimas e monitoramento contínuo, verifica-se a adoção de um modelo de policiamento de proximidade, alinhado às diretrizes contemporâneas de segurança pública preventiva. Esse modelo se distancia da atuação meramente reativa e punitiva, passando a incorporar práticas de cuidado, escuta qualificada e intervenção social, o que fortalece a confiança das vítimas nas instituições e amplia a eficácia das políticas públicas.

Contudo, apesar dos resultados positivos evidenciados pelos dados, é importante destacar que a efetividade da Patrulha Maria da Penha está diretamente condicionada à continuidade dos investimentos públicos, à capacitação permanente dos agentes de segurança e à articulação intersetorial com outros órgãos da rede de proteção, como o Poder Judiciário, o Ministério Público e os serviços socioassistenciais. A ausência ou fragilidade desses elementos pode comprometer a sustentabilidade da política e limitar seus impactos a longo prazo.

Dessa forma, a análise crítica dos dados demonstra que a Patrulha Maria da Penha se configura como uma experiência exitosa no âmbito das políticas públicas de enfrentamento à

violência contra a mulher no Pará, apresentando resultados concretos e relevantes. Entretanto, sua consolidação enquanto política de Estado depende da manutenção de estratégias integradas, do aprimoramento contínuo de suas práticas e do fortalecimento das estruturas institucionais que a sustentam.

A atuação da Polícia Militar do Pará por meio da Patrulha Maria da Penha evidencia uma reconfiguração do papel da segurança pública no enfrentamento à violência de gênero, aproximando-se de um modelo preventivo e orientado à proteção de direitos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), políticas públicas que integram monitoramento contínuo e atuação policial especializada apresentam maior eficácia na redução da reincidência da violência doméstica.

Nesse sentido, a Patrulha Maria da Penha constitui-se como instrumento essencial para a efetivação da Lei Maria da Penha, garantindo o cumprimento das medidas protetivas e ampliando a presença do Estado junto às vítimas. Essa atuação está em consonância com diretrizes nacionais que enfatizam a necessidade de um atendimento policial humanizado e especializado (BRASIL, 2022).

Entretanto, persistem desafios estruturais, como a limitação de cobertura territorial, especialmente em regiões interioranas do Pará, além da necessidade de ampliação do efetivo policial e investimentos em capacitação continuada. Ademais, a ausência de sistemas integrados de dados dificulta a avaliação das políticas públicas, comprometendo o planejamento estratégico. Dessa forma, embora a atuação da PMPA represente avanço significativo, sua efetividade depende do fortalecimento institucional e da articulação intersetorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite afirmar que a Polícia Militar do Pará, por meio da Patrulha Maria da Penha, exerce papel altamente relevante, estratégico e efetivo no enfrentamento à violência contra a mulher, consolidando-se como um dos principais pilares operacionais das políticas públicas de segurança no estado. A atuação da PMPA demonstra não apenas o cumprimento de sua missão constitucional de preservação da ordem pública e proteção da vida, mas também evidencia sua capacidade de adaptação às demandas sociais contemporâneas, incorporando práticas preventivas, humanizadas e orientadas à garantia de direitos (BRASIL, 2022; SOUZA et al., 2022).

Os resultados obtidos evidenciam que a Patrulha Maria da Penha tem produzido impactos concretos e positivos na realidade das mulheres em situação de violência, especialmente por meio da fiscalização das medidas protetivas de urgência, do acompanhamento contínuo das vítimas e da redução significativa dos índices de reincidência da violência doméstica. Essa atuação demonstra elevado grau de efetividade institucional, reforçando a importância da Polícia Militar como agente central na execução das políticas públicas de segurança e proteção social (FBSP, 2023).

Destaca-se, ainda, que a PMPA vem se consolidando como referência na implementação de práticas de policiamento orientadas à prevenção e à proximidade com a comunidade, promovendo não apenas a repressão ao crime, mas também a proteção integral das vítimas e o fortalecimento da confiança da população nas instituições públicas. A Patrulha Maria da Penha representa, nesse sentido, uma inovação institucional exitosa, ao integrar ações de segurança pública com políticas sociais, contribuindo diretamente para o rompimento do ciclo da violência e para a promoção da dignidade das mulheres no estado do Pará.

Sob a perspectiva prática, evidencia-se que a atuação da Polícia Militar do Pará potencializa a efetividade das políticas públicas ao garantir a presença ativa do Estado junto às vítimas, assegurando o cumprimento das medidas protetivas e ampliando o acesso à rede de proteção. Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a relevância de modelos de policiamento que ultrapassam a lógica tradicional repressiva, consolidando a PMPA como instituição moderna, alinhada às diretrizes contemporâneas de segurança pública e direitos humanos.

Embora ainda existam desafios estruturais, como limitações territoriais e necessidade de ampliação de recursos, tais aspectos não comprometem o reconhecimento do papel positivo e transformador desempenhado pela Polícia Militar do Pará. Ao contrário, evidenciam a necessidade de fortalecimento de uma política pública que já demonstra resultados concretos e consistentes.

Dessa forma, conclui-se que a Polícia Militar do Pará, por meio da Patrulha Maria da Penha, constitui-se como instrumento fundamental na efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, destacando-se como exemplo de atuação eficiente, humanizada e comprometida com a proteção da vida. Sua atuação reafirma a importância da segurança pública como política de garantia de direitos e consolida a PMPA como protagonista na construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. Governo do Estado amplia ações de combate à violência contra a mulher. Belém: Agência Pará, 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2021.

BERNARDO, A.; RAMOS, M.; ALMEIDA, R. Violência doméstica e atuação estatal. *Revista Jurídica*, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. *Diretrizes nacionais para o atendimento policial às mulheres em situação de violência*. Brasília, DF, 2022.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Ligue 180: balanço anual 2024*. Brasília, DF, 2024.

CERQUEIRA, Daniel et al. *Atlas da violência 2023*. Brasília: IPEA, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024*. São Paulo: FBSP, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023*. São Paulo: FBSP, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Violência contra a mulher: dados e políticas públicas no Brasil*. Brasília, DF, 2022.

OLIVEIRA, J.; LIMA, R. Violência de gênero no contexto amazônico. *Revista Amazônica*, 2025.

PIEDADE, L. et al. Ciclo da violência doméstica. *Revista de Ciências Sociais*, 2020.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. *Violência no Brasil: relatório 2025*. 2025.

SANTOS, C. M. et al. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. *Revista de Políticas Públicas*, 2021.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO PARÁ (SEGUP/PA). *Relatórios de segurança pública do Estado do Pará*. Belém, 2024.

SILVA, A.; VIEIRA, M.; BARBUDA, L. Segurança pública e direitos fundamentais. *Revista Jurídica*, 2024.

SOUZA, L. M. et al. Segurança pública e violência de gênero: atuação policial e políticas preventivas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. *Programas institucionais de proteção à mulher*. Belém, 2025.